



Maria Izabel Machado
(Organizadora)

Diálogo Conceitual e Metodológico das Ciências Sociais Aplicadas com outras Áreas do Conhecimento 2



Maria Izabel Machado
(Organizadora)

Diálogo Conceitual e Metodológico das Ciências Sociais Aplicadas com outras Áreas do Conhecimento 2

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editores: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof^a Dr^a Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof^a Dr^a Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernando da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Prof^a Dr^a Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^a Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^a Dr^a Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof^a Dr^a Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof. Me. Heriberto Silva Nunes Bezerra – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Profª Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
D536	Diálogo conceitual e metodológico das ciências sociais aplicadas com outras áreas do conhecimento 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Maria Izabel Machado. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-86002-96-6 DOI 10.22533/at.ed.966201504 1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Ciências sociais – Pesquisa – Brasil. I. Machado, Maria Izabel. CDD 302.072
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra Diálogo Conceitual e Metodológico das Ciências Sociais Aplicadas com outras Áreas do Conhecimento nos convida a refletir sobre um conjunto de fenômenos contemporâneos em diálogo com múltiplos saberes e perspectivas, razão pela qual os capítulos que seguem estão organizados por afinidade temática e/ou metodológica.

Do uso de softwares para inclusão, passando pelo design de cidades e ambientes, o que se destaca nos dois volumes aqui apresentados são as imbricações entre áreas de conhecimento com vistas a tornar a vida viável.

Diversos em suas metodologias e métricas áreas como economia, administração, arquitetura, geografia, biblioteconomia, entre outras, confluem na preocupação com necessidade de compreender o mundo, superar seus desafios e propor caminhos que apontem para a o uso sustentável do solo, o direito à cidade, o acesso ao conhecimento.

Boa leitura.

Maria Izabel Machado

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA: A GESTÃO EM REDE NA PARTICULARIDADE DE JOÃO PESSOA	
Maria De Fátima Leite Gomes Luciana Alves Yaggo Leite Agra Laryssa Lorranny Melo De Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.9662015041	
CAPÍTULO 2	12
COMPARAÇÃO DE PREÇOS DA CESTA BÁSICA DE MAIO A SETEMBRO DOS ANOS DE 2017 E 2018 EM ERECHIM	
Indaiá Tainara Tamagno Carlos Frederico de Oliveira Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.9662015042	
CAPÍTULO 3	22
AVALIAÇÃO DE IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DAS INTERVENÇÕES DE MOBILIDADE URBANA AO LONGO DO CÓRREGO ÁGUAS ESPRAIADAS – SP	
Vladimir Fernandes Maciel Mônica Yukie Kuwahara Ana Claudia Polato e Fava	
DOI 10.22533/at.ed.9662015043	
CAPÍTULO 4	40
CONSEQUÊNCIAS SOCIOECONÔMICAS DO INTERVENCIONISMO	
Bruno Pacheco Heringer Elton Duarte Batalha	
DOI 10.22533/at.ed.9662015044	
CAPÍTULO 5	55
CAPACIDADE ABSORTIVA COMO FONTE DE VANTAGEM COMPETITIVA: ESTUDO EXPLORATÓRIO COM LAVANDERIAS DOMÉSTICAS EM SÃO PAULO	
Luiz Silva dos Santos Danilo Augusto de Souza Machado	
DOI 10.22533/at.ed.9662015045	
CAPÍTULO 6	67
AS CONTRIBUIÇÕES DA CONSTRUÇÃO CIVIL PARA UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: TÉCNICAS, MATERIAIS E PROPOSTAS DE HABITAÇÃO SOCIAL SUSTENTÁVEL NO BRASIL	
Ana Helena A Dreissig	
DOI 10.22533/at.ed.9662015046	

CAPÍTULO 7	82
A INICIATIVA CIDADES EMERGENTES E SUSTENTÁVEIS E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA ANÁLISE SOBRE AS RELAÇÕES CONCEITUAL, METODOLÓGICA E INSTITUCIONAL	
Allison Haley dos Santos David Barbalho Pereira Laura Maria Silveira da Fonseca	
DOI 10.22533/at.ed.9662015047	
CAPÍTULO 8	105
ECOSSISTEMA EMPREENDEDOR: UM ESTUDO INVESTIGATIVO DAS STARTUPS EM RONDONÓPOLIS – MT	
Ramon Luiz Arenhardt Carlos Marcelo Faustino da Silva Sofia Ines Niveiros Josemar Ribeiro de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.9662015048	
CAPÍTULO 9	126
GRUPOS SOCIAIS E SABERES AMBIENTAIS COEXISTENTES EM SINOP, MATO GROSSO: UM ESTUDO EM CONSTRUÇÃO	
Caroline Mari de Oliveira Galina	
DOI 10.22533/at.ed.9662015049	
CAPÍTULO 10	133
UM OBSERVATÓRIO LATINO-AMERICANO DA INDÚSTRIA 4.0	
Sérgio Roberto Knorr Velho Sanderson César Macêdo Barbalho	
DOI 10.22533/at.ed.96620150410	
CAPÍTULO 11	147
EIXO TEMÁTICO 2: TECNOLOGIAS TRADICIONAIS SABERES CONSTRUTIVOS DA AMAZÔNIA: MUDANÇAS DE PARADIGMA NO ESPAÇO URBANO DE MACAPÁ	
Ana Carolina Macêdo Cardoso	
DOI 10.22533/at.ed.96620150411	
CAPÍTULO 12	157
PLANEJAMENTO AMBIENTAL REGIONAL: UTILIZAÇÃO DA MATRIZ FOFA COMO FERRAMENTA DE APOIO A DECISÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	
Vania Elisabete Schneider Taison Anderson Bortolin Sofia Helena Zanella Carra Denise Peresin Geise Macedo dos Santos Bianca Breda Gisele Cemin	
DOI 10.22533/at.ed.96620150412	

CAPÍTULO 13	168
PERCURSOS RIZOMÁTICOS: O PATRIMÔNIO DAS FAVELAS CARIOCAS	
Teresa Hersen	
DOI 10.22533/at.ed.96620150413	
CAPÍTULO 14	181
HABITAÇÃO SOCIAL E VAZIOS URBANOS: A REABILITAÇÃO DE ESPAÇOS URBANOS ABANDONADOS COMO MEIO DE CONTRIBUIÇÃO NO DIREITO À CIDADE	
Marina Ribeiro de Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.96620150414	
CAPÍTULO 15	194
NOVAS FORMAS DE MORADIAS E A RESSIGNIFICAÇÃO DO HABITAR	
Luiza Moraes Cosso	
Flávia Jacqueline Miranda Fonseca	
Maria Lúcia Machado de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.96620150415	
CAPÍTULO 16	209
NIVEL DE MATURIDADE DA INTELIGENCIA COMPETITIVA: UM ESTUDO NAS EMPRESAS AGROPECUÁRIAS DE RONDONOPOLIS QUE POSSUEM CONTROLADORIA	
Percival Queiroz	
Josemar Ribeiro de Oliveira	
Sofia Inês Niveiros	
DOI 10.22533/at.ed.96620150416	
CAPÍTULO 17	226
MODELO DE CAPACITAÇÃO BASEADO EM EVIDÊNCIAS DE CUIDADOS COM IDOSOS FRAGILIZADOS OU EM RISCO DE FRAGILIDADE	
Bruno Leonardo Soares Nery	
Adriana Haack de Arruda Dutra	
DOI 10.22533/at.ed.96620150417	
CAPÍTULO 18	238
MEMÓRIA, ACESSIBILIDADE E PERTENCIMENTO: UMA ANÁLISE DO 'BECO DO TELÉGRAFO' EM CAMPINA GRANDE - PB	
Aida Paula Pontes de Aquino	
Francisco Allyson Barbosa Silva	
Natallia Yanna Figueiredo da Cruz	
Gabriel Higor Silva de Lima	
Francisco Eros Costa da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.96620150418	
CAPÍTULO 19	255
ESTUDO EM CFD PARA A MAQUETE DO CAMPUS: EXPERIÊNCIA EM UM INSTITUTO FEDERAL	
Gilda Lucia Bakker Batista de Menezes	
Jennifer Jayanne Araujo de Lima Aragão	

João Augusto Jacinto Barros
João Augusto dos Santos Ferreira
Gabriella Silva do Nascimento

DOI 10.22533/at.ed.96620150419

CAPÍTULO 20 266

*CITY BRANDING: UMA MARCA PARA A CIDADE DE PIRACICABA-SP QUE A
REPRESENTE ATRAVÉS DA VISÃO DO SEU POVO, DA SUA CULTURA E DA SUA
HISTÓRIA*

Kleiton Web Rodrigues Viana

DOI 10.22533/at.ed.96620150420

CAPÍTULO 21 284

*AÇÃO ANTI-INFLAMATÓRIA E ANTIOXIDANTE DO ÔMEGA-3 EM MODELO
EXPERIMENTAL DE INSUFICIÊNCIA HEPÁTICA AGUDA GRAVE EM RATOS
WISTAR*

Patricia do Amaral Vasconcellos

Michely Lopes Nunes

Marilene Porawski

Vanessa Trindade Bortoluzzi

DOI 10.22533/at.ed.96620150421

SOBRE A ORGANIZADORA..... 307

ÍNDICE REMISSIVO 308

A PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA: A GESTÃO EM REDE NA PARTICULARIDADE DE JOÃO PESSOA

Data de aceite: 01/04/2020

Maria De Fátima Leite Gomes

Professora Doutora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba.

Luciana Alves

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba.

Yaggo Leite Agra

Pós Graduando em Processo Civil pela Universidade Cândido Mendes/RJ.

Laryssa Lorranny Melo De Andrade

Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal da Paraíba.

RESUMO: Este estudo é fruto da pesquisa desenvolvida, entre 2016/2017, realizada através dos Registros Mensais de Atendimento (RMA), disponíveis no Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), em João Pessoa-PB. O objetivo foi identificar se os CRASs estão agindo de acordo com as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, no que tange a gestão em rede. Trata-se de uma abordagem qualitativa e quantitativa, traduzidas em gráficos e tabelas, e para análise dos dados utilizou-se a técnica de análise de conteúdo. Na particularidade de João

Pessoa, os desafios para o desenvolvimento desejável dos CRASs são muitos, pois, grandes são contradições históricas no âmbito da Política da Assistência Social, que remetem a fragmentação e focalização de ações, dificultando o exercício da cidadania entre os sujeitos envolvidos nesta política. Neste sentido, a articulação em rede torna-se um desafio a ser superado cotidianamente.

PALAVRAS-CHAVE: Assistência Social; Proteção Básica; Rede.

ABSTRACT: This study is the ontente research conducted between 2016/2017, conducted through the Monthly Attendance Records (RMA), available at the Ministry of Social and Agrarian Development (MDSA), the Reference Centers for Social Assistance (CRAS), in João Pessoa. –PB. The objective was to identify if the CRASs are acting in accordance with the guidelines of the Unified Social Assistance System – SUAS, regarding the network management. This is a qualitative and quantitative approach, translated into graphs and tables, and for data analysis we used the technique of ontente analysis. In the particularity of João Pessoa, the challenges for the desirable development of CRASs are many, because there are great historical contradictions within the Social Assistance Policy, which refer to the fragmentation and focus of actions, making it difficult to exercise citizenship among

the subjects involved in this politics. In this sense, networking becomes a challenge to be overcome on a daily basis.

KEYWORDS: Social Assistance; Basic Protection; Network.

1 | INTRODUÇÃO

A partir da reestruturação produtiva, a gestão pública e a implementação das políticas sociais adquirem um novo modelo, em que se altera a relação Estado-sociedade, de modo que, uma das questões que passam a ter relevância é a gestão social em rede. Isto porque, com o aprofundamento da crise do capital, marcado por um complexo conjunto de processos expressos na uniformização das práticas comerciais no plano mundial, a desregulamentação dos mercados, a interconexão dos sistemas financeiros, a desterritorialização e descentralização da produção, dentre outras características, constituíram-se a base de um novo paradigma da especialização flexível da produção.

Tal realidade forneceu, conforme Castells (1999), as bases para a expansão das redes. O processo de globalização da economia teve como uma de suas consequências, a desestruturação do Estado-nação, o qual tem progressivamente perdido a capacidade de definir as políticas econômicas e sociais da nação, ficando subordinado ao fluxo do capitalismo global. Para aumentar a sua operatividade e recuperar sua legitimidade, o Estado desenvolve práticas de cooperação e de descentralização político-administrativa em seu território. Nesse cenário, adota como estratégias mais efetivas a descentralização e o trabalho em rede.

Contudo, a estratégia de descentralização utilizada pelo Estado não é de sua autoria. Devido aos processos de transformações constantes que vive o mundo globalizado, principalmente a partir da década de 1880 - marcada por uma grande crise estrutural e o processo associado à emergência do paradigma tecnológico -, foram as grandes empresas que começaram a propor mudanças organizacionais, de modo que acompanhassem as novas “tendências globais”. Nas palavras de Gameiro (2016): “para se manterem competitivas, as empresas tendem a evoluir progressivamente para formas de organização mais globais” (2016, p. 07), desse modo, as empresas fazem uso dos avanços tecnológicos como forma de mobilização para se manterem no poder.

Castells (2013) aborda o funcionamento em rede como forma de domínio das relações e atividades humanas, baseando-se nos interesses e valores em comum. O autor nomeia esse mecanismo de *metarredes*, as quais não se fundem, “[...] em vez disso, envolvem-se em estratégias de parceria e competição formando redes *ad hoc*¹ em torno de projetos específicos” (2013, p. 16, grifo do autor). As *metarredes*

1 **Ad hoc**, significa “para esta finalidade”, “para isso” ou “para este efeito”. É uma expressão latina, geral-

estão presentes em diversas esferas do cotidiano, como por exemplo: na produção cultural, na política, na tecnologia, na administração do conhecimento, entre outros. Para que o funcionamento em rede alcance os devidos objetivos, é preciso que atuem mutuamente, ainda que singularmente, assim, “[...] enquanto as redes de comunicação processam a construção de significado em que se baseia o poder, o Estado constitui a rede padrão para o funcionamento adequado de todas as outras redes de poder” (CASTELLS, 2013, p. 17). Ou seja, é o Estado a parte fundante e alicerce para a atuação das demais.

Concomitantemente a Castells (2013), no que diz respeito a não fundição das redes, Cardoso (2005) enfatiza que as grandes redes podem ser divididas em dois grupos, de acordo com a sua funcionalidade: as redes do individualismo e as redes do comunalismo. Sendo as primeiras, caracterizadas pela atuação em torno de um objetivo individual enquanto que as segundas, atuam na construção de valores e sentidos comuns a um grupo.

Loiola e Moura (2000) caracterizam e dividem as redes entre as que são unidirecionais e as multidirecionais. As primeiras possuem destino e origem bem definidos, como as redes de transporte, água e esgoto, por exemplo. E as segundas, possuem interligações necessárias a sua multifuncionalidade, como as redes de internet e computadores.

Através da gestão em rede, o Estado tem a pretensão de assegurar a efetividade das políticas públicas, tradicionalmente caracterizadas por ações setoriais, desarticuladas, centralizadoras e hierárquicas, bem como, superar a fragmentação da atenção às necessidades sociais, paralelismo de ações, centralização das decisões, informações e recursos. Com isso, o que se pode perceber é que a discussão sobre as redes está atrelada a um remodelamento do Estado, justificado pela crescente escassez de recursos e o aumento da demanda.

No entanto, no que tange ao Estado em relação a sociedade civil, as redes que vem sendo estabelecidas, como reflexo do processo tecnológico e de globalização, têm se tornado cada vez mais dinâmicas e flexíveis, moldando-se de acordo com a necessidade. O estado passou a incorporar critérios de gestão e organização próprias do mercado, buscando flexibilizar a organização burocrática, nesse contexto de capital flexível, a fim de “responder” a necessidade de conectividade, e descentralização das esferas de atuação e articulação sociais diversas.

Inojosa (1999) diz que “todas as redes estão, de alguma forma, voltadas para a produção, quer de ideias, quer de bens e serviços para seus próprios membros, para o mercado ou para a sociedade (p. 119), e, a partir do foco de atuação, dividem-se entre as redes de compromisso social e as de mercado.

mente usada para informar que determinado acontecimento tem caráter temporário e que se destina para aquele fim específico.

REDES DE MERCADO	REDES DE COMPROMISSO SOCIAL
<ul style="list-style-type: none"> • São redes articuladas em função da produção e/ou apropriação de bens e serviços; • Visam à complementaridade ou à potencialização dos parceiros em face do mercado • As relações são perpassadas pelos interesses do mercado em podem oscilar entre cooperação e competição: • A relação de parceria das redes de mercado tende a ser de subordinação ou tutela. 	<ul style="list-style-type: none"> • São redes que têm como foco questões sociais: • Visam a complementar a ação do Estado ou a suprir sua ausência no equacionamento de problemas sociais complexos, que põem em risco o equilíbrio social; • As relações nascem e se nutrem de uma visão comum sobre a sociedade ou sobre determinada questão social e da necessidade de uma ação solidária, • Demandam estratégias de mobilização constante das parcerias e de reedição.

Quadro 1 – Tipos de Rede

Fonte: (Inojosa, 1999, P. 121)

A impressão que se tem é que a população, seja enquanto indivíduo ou como coletivo, não e perceberam mais representados no Estado, fazendo então com que uma gestão centralizada e setorializada não seja mais viável. Há cara vez mais cobranças em prol da descentralização e participação de representações sociais para o que é público e para o que é direcionado a sociedade em geral, “[...] mais uma vez os indivíduos realmente se uniram para encontrar novas formas de sermos nós, o povo” (CASTELLS, 2013, p. 09).

Todavia, Cardoso (2005) aborda que, talvez, o que está ocorrendo não é a desintegração dos valores e significados da sociedade, mas a reconstrução da sua própria estrutura social; nas instituições sociais. É característico do processo de mudança o fazer e refazer a organização institucional; da gestão do Estado. Possibilitando então o desenvolvimento de uma rede multidirecional e repleta de interligações.

Vale ressaltar que não foram apenas as grandes redes que alteraram sua relação com o Estado, ao longo do processo de globalização a sociedade vem construindo novos caminhos para reivindicar a representação d seus interesses e valores de forma mais efetiva. Castells (2013) diz que esse espaço de compartilhamento de dores e esperanças ocorre também no espaço livre e público da internet, onde os indivíduos formaram redes em consonância coa suas opiniões ou filiações organizacionais.

Na particularidade do cenário brasileiro, o espaço de participação e gestão via órgãos representativos, de deliberação, de planejamento, de execução, de supervisão e controle dos planos, programas e projetos sociais, tornou-se evidenciado e fortalecido, a partir de um redesenho na sua organização, pautado

em uma proposta de gestão em rede, denominada Rede Socioassistencial. Esta proposta foi favorecida quando da construção da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e da Política de Assistência Social (PNAS), que chamou para si uma gestão mais participativa e descentralizada. Participativa, porque o controle social constituiu-se como um importante mecanismo de participação da sociedade e da construção social do país, sendo os Conselhos da Política de Assistência Social, compostos no âmbito federal, estadual e municipal, enquanto espaços legalmente constituídos para o exercício desta política.

Entretanto, vale lembrar que o campo social é espaço de disputa, e a lei, por si só, não garante a efetivação de direitos, de gestão democrática e participativa; a luta continua nos espaços de abertura como os Conselhos. A credibilidade ao que é público precisa estar no consciente coletivo, para qualificar a cidadania, e para isso, é necessário enxergar o coletivo e não o individual, ir de encontro ao egoísmo e a competitividade, seja ela individual ou mesmo, entre organizações, pois na rede podem-se ter alguns pontos com mais ligações que outros, mas não superior. Todavia, ressalta-se que as entidades da sociedade civil, não estão para substituir o papel do Estado na implementação da Política de Assistência Social.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS-2004) aponta que, “[...] somente o Estado dispõe de mecanismos fortemente estruturados para coordenar ações capazes de catalisar atores em torno de propostas abrangentes,” (PNAS, 2004, p. 47). Para tanto, a administração pública necessita desenvolver estratégias, para cumprir com os princípios da Política de Assistência Social. Tais princípios foram estabelecidos desde a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), aprovada em dezembro de 1993, dando início a gestão pública e participativa da assistência, na estruturação de novas bases e diretrizes, através da IV Conferência, conhecida como LOAS-10. A princípio, a referida política esteve regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), através da Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, do primeiro texto da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), de 1998 e das Normas Operacionais Básicas (NOB/97 e NOB/98).

A Norma Operacional Básica de 2005 teve como objetivo disciplinar a operacionalização da gestão da Política de Assistência Social (2004), bem como deliberar sobre as funções desta, as quais se definem pela proteção social hierarquizada, dividida entre Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE), a Vigilância Social e a defesa dos Direitos Socioassistenciais. De modo que, em cada um destes níveis foi criada uma rede, em que se articulam as unidades públicas e organizações da sociedade civil.

A Proteção Social Básica (PSB) é executada através dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), da rede de serviços socioeducativos direcionados para grupos geracionais; dos benefícios eventuais e da prestação continuada, dos serviços

e projetos de capacitação e inserção produtiva. O CRAS é um órgão importantíssimo na implementação e execução da Proteção Básica, pois é a porta de entrada da assistência, atuando como mediador entre seus membros, outras instituições sociais e o Estado.

Desta forma, a dinâmica da Rede Socioassistencial em defesa dos direitos de cidadania deve considerar o cidadão e a família como sujeitos protagonistas da rede de ações e serviços, em que se faz preciso criar espaços e oportunidades para o exercício da cidadania ativa no campo social, bem como possibilitar à auto-organização do cidadão e de sua família.

Os municípios que não se habilitaram à gestão plena ou à básica recebem recursos da União por intermédio do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), para, progressivamente, avançar na implementação da PNAS, como responsabilidade da gestão inicial. Assim, os municípios devem manter os dados dos subsistemas e aplicativos da REDE SUAS atualizados e inserir no Cadastro Único as famílias que se encontrem em situação de vulnerabilidade social.

No âmbito da gestão básica, portanto, o município deve assumir a gestão da Proteção Social Básica (PSB) na Assistência Social e ter como responsabilidade a organização da sua rede, por meio dos CRASs. Tendo ainda que ofertar programas, projetos e serviços socioassistenciais

Outro âmbito de gestão é a plena, onde cada município deve ter a capacidade de gestão total dos serviços socioassistenciais, com ênfase na organização da Rede de Proteção Básica e Especial. É nesta direção que o SUAS e, igualmente a PNAS, orientam a implementação da Política de Assistência Social, no sentido de que todos os municípios alcancem uma gestão descentralizada, para potencializar a função protetiva das famílias em situação de vulnerabilidade social.

2 | REDE SOCIOASSISTENCIAL DE JOÃO PESSOA NO ÂMBITO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Segundo a Topografia Social da Cidade de João Pessoa (2010) compete a SEDES promover a universalização do direito à proteção e à inclusão social, através do SUAS, sendo assim organizada em nível de direção, assessoramento, aconselhamento (Conselhos da Assistência Social, Criança e Adolescente, Idosos, Segurança Alimentar, Pessoa com Deficiência, Conselhos Tutelares), atenção instrumental (gestão meio) e nível de execução programática (Diretoria de Assistência Social – DAS, Diretoria de Economia Solidária e Segurança Alimentar – DIRECONSAN e Diretoria de Organização Comunitária e Participação Popular – DIPOP). A DAS é responsável por acompanhar, monitorar e assessorar os serviços da Proteção Social Básica, Proteção Social de Média e Alta Complexidade, informando e orientando

às coordenações e unidades no cumprimento do que lhes tipifica conforme as determinações legais.

A pesquisa em tela se apresentar como instrumento de conhecimento da realidade da Proteção Social Básica em João Pessoa, com ênfase na atuação dos CRASs, no sentido de possibilitar uma análise crítico-reflexiva da realidade em foco, a partir de princípios fundamentados no direito, no aprimoramento da rede, a fim de possibilitar uma assistência social com mais qualidade.

Portanto, na particularidade de João Pessoa, no âmbito da Proteção Social Básica, encontram-se certos obstáculos quanto à operacionalização e o acesso dos serviços, uma vez que, o andamento das ações esbarra na distribuição de responsabilidades, na descentralização de poder, na transparência das atividades e no controle social amplo. Na pesquisa em tela, pretende-se refletir sobre os desdobramentos da Rede Socioassistencial local, especificamente os CRAS, conforme anteriormente mencionado, partindo, primeiramente, do mapeamento da rede de proteção básica, na sequência, enfatizaremos na distribuição e ações dos CRAS, analisando suas possibilidades e limites de articulação e operacionalização.

Os resultados da pesquisa, expostos a seguir, foram decorrentes das análises dos dados obtidos pela Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário, nos Registro Mensais de I Atendimento(RMA) , no período de janeiro de 2015 à abril de 2016, e o mesmo período de 2017, revelados à partir de quadros, tabelas e gráficos. Inicialmente realizamos um mapeamento dos serviços oferecidos pela Proteção Social Básica do município, segundo a localização geográfica em que estão inseridos. O município de João Pessoa possui atualmente 11 CRASs, distribuídos de acordo com a Tabela 1 abaixo, conforme os RMA(MDSA,2016/2017), podendo assim no decorrer dos meses seguintes ter ocorrido alguma mudança de localização das unidades citadas.

CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	ZONA NORTE	ZONA SUL	ZONA LESTE	ZONA OESTE
CRAS Alto do Mateus				X
CRAS Cristo				X
CRAS Cruz das Arma				X
CRAS Ilha do Bispo				X
CRAS Mandacaru	X			
CRAS São José/Chatuba			X	
CRAS Valentina		X		
CRAS Gramame		X		
CRAS Mangabeira		X		
CRAS GROTAÃO		X		
CRAS Padre Z3	X			

Tabela 1 – Distribuição dos Crass Por Zonas Geográficas de João Pessoa/Pb.

Fonte: Sistematização Da Pesquisa, Com Base Nos Dados da Mdsa (2017).

A pesquisa revelou que dos 11 CRASs do município, 04 estão na zona oeste, 01 na zona leste, 04 na zona sul e 02 na zona norte. Observa-se que a distribuição é desigual, principalmente se compararmos com o número de bairros de cada região, conforme os dados do IBGE (2010), como demonstrado no Gráfico 1, abaixo.

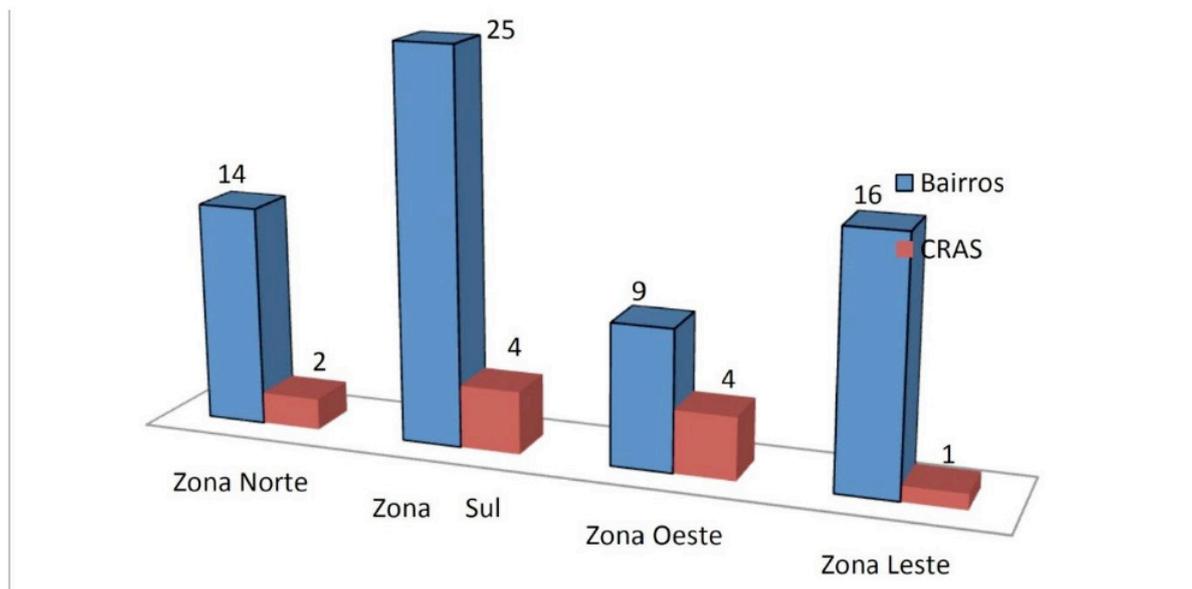


Gráfico 1 – Distribuição dos CRAS em João Pessoa/PB, segundo sua localização por zonageográfica e número de bairros

Fonte: Sistematizado pela pesquisa, com base nos dados do RMA (MDSA, 2016/2017) e IBGE (2010).

Percebem-se no Gráfico 1 que as zonas com maior número de bairros são as mesmas que possuem o menor número de CRAS, confirmando-se assim uma enorme desigualdade na distribuição dos CRASs, o que certamente deve dificultar a gestão dos serviços oferecidos aos usuários.

Das ações realizadas nos CRASs, descritas nos RMA (MDS, 2016/2017), identificou-se 4 ações em rede no período de janeiro a abril de 2016 e o mesmo período de 2017, demonstradas na tabela abaixo:

Encaminhamentos	Total de 01/2016 a 04/2016	Total de 01/2017 a 04/2017
1-Famílias encaminhadas para inclusão no Cadastro Único	900	1.215
2-Famílias encaminhadas para atualização cadastral no Cadastro Único	392	744
3-Indivíduos encaminhados para acesso ao BPC	76	77
4-Famílias encaminhadas para o CREAS	22	22

Tabela 2 – Ações em rede realizada nos CRASs

Fonte: Sistematizada pela pesquisa, com base nos dados do RMA (MDSA, 2017).

Segundo a tabela 2, ao compararmos os primeiros quatro meses do ano de 2016 e 2017, verificamos um aumento em todos os encaminhamentos em 2017, com destaque para o número de famílias encaminhadas para atualização cadastral no Cadastro Único, chegando a quase dobrar esses atendimentos, enquanto os encaminhados para acesso ao BPC e para os CREASs, permaneceram os mesmo. Infelizmente os encaminhamentos descritos nos RMA são insuficientes para caracterizar a existência de uma ação em rede, conforme determina o SUAS. Na tabela a seguir, estão descritos o total de atendimentos individualizados ou a famílias, no período de janeiro a abril de 2016 e o mesmo período de 2017.

Unidades	Mês/Ano	Mês/Ano
	De 01/2016 a 04/2016	De 01/2017 a 04/2017
CRAS Cristo	877	998
CRAS Valentina	1.258	1.195
CRAS Alto do Mateus	1.349	791
CRAS Mandacaru	684	959
CRAS Cruz das Armas	2.375	1.028
CRAS Ilha do Bispo	1.518	412
CRAS São José/Chatuba	496	802
CRAS Gramame	1.253	1.066
CRAS Mangabeira	2.160	1.084
CRAS Padre Zé	464	1.235
CRAS Grotão	511	843
TOTAL	12.945	10.413

Tabela 3 – Total de Atendimentos Individualizados ou a Famílias
 Fonte: Sistematizada pela pesquisa, com base nos dados do RMA (MDSA, 2017).

Segundo os dados da Tabela 3, ocorreu uma variação muito grande na quantidade de atendimentos, com destaque para 6 CRASs (Ilha do Bispo, Cruz das Armas, Alto do Mateus, Gramame, Valentina e Mangabeira), que reduziram o número de atendimento em mais de 50%, enquanto nos demais CRASs o número de atendimentos foi maior. Mesmo com essa variação entre um aumento e redução de atendimentos nos CRASs, em 2017, o número de atendimentos reduziram. Percebe-se a fragmentação de ações, de propostas que não estão em consonância com o que delibera a PNAS e o SUAS, quanto ao modelo de gestão para a Política da Assistência Social.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao diversos processos de mudança que foram trazidos pela globalização, na particularidade do cenário brasileiro, passaram a requerer do poder público maior intervenção diante do acirramento do processo de crise econômica, especialmente nos últimos anos em consequência das reivindicações por mais representações sociais. Como resposta, programas sociais são executados a partir da lógica do funcionamento em rede, cujo objetivo é ampliar a participação da população naquilo que é público e do interesse geral. Desse modo, para atender às demandas, de forma descentralizada, um novo modelo de gestão é proposto, com vistas a viabilizar o acesso aos serviços sociais, especialmente, da Proteção Social, através da intersectorialidade na Rede Socioassistencial, por meio dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS).

Pois, há uma idealização na sociedade, de que a ação em rede, é um padrão organizacional capaz de expressar, em seu arranjo de relações, ideias políticas e econômicas inovadoras, as quais podem “resolver” problemas com mais eficiência e eficácia, passando, deste modo, a constituir-se numa proposta democrática de realização de ações, “indispensável” aos vários setores das políticas sociais.

A rede local apresenta inúmeros os desafios, como anteriormente sinalizados. Assim, os desafios para a implementação e desenvolvimento desejável da Rede Socioassistencial são muitos, alguns podem ser amenizados ou superados através de um adequado planejamento. Desta feita, sendo o CRAS a porta de entrada para o acesso à Assistência Social, e tendo como uma de suas funções a gestão da Rede Socioassistencial, necessita-se, para uma boa articulação, estabelecer “contatos, alianças, fluxos de informações e encaminhamentos entre o CRAS e as demais unidades de proteção social básica do território” (ORIENTAÇÕES TÉCNICAS-MDS, 2009, p. 21), com o objetivo de promover a proteção social básica das famílias referenciadas. Desta maneira, verificaram-se no município de João Pessoa/PB uma insuficiência das unidades CRASs, como também, uma desarticulação entre as unidades que compõe a Rede Socioassistencial e entre as demais políticas sociais.

REFERÊNCIAS

Ad hoc. Disponível em: < <http://www.significados.com.br/ad-hoc>>. Acesso em: 05 de abr. de 2016.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário. Disponível em: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/estrutura_fisica/registro_mensal. Acesso em: 10/07/2017

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Brasília, 2004. BRASIL. _____. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Brasília, DF, 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Norma Operacional Básica do Sistema

Único de Assistência Social NOB/SUAS. Brasília, 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social NOB/SUAS. Brasília, 2012.

CASTELLS, Manuel. O Poder da Identidade. Vol. 2 Trad. De Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet. Tradução Carlos Alberto Medeiros, Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo (Orgs.). A Sociedade em Rede: do conhecimento à ação política; (Conferência). Belém (Por): Imprensa Nacional, 2005.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CNAS. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Resolução n. 109, de 11 de novembro de 2009. Diário Oficial da União, 25 de nov. de 2009.

DIEGUES, César Geraldo. O controle social e participação nas políticas públicas: o caso dos conselhos gestores municipais. NAU Social, Bahia, V.4, n. 6. p. 82-93, 2013.

DURIGUETTO, Maria Lúcia SOCIEDADE CIVIL E DEMOCRACIA: UM DEBATE NECESSÁRIO. Libertas, Juiz de Fora, v. 8, n.2, p.83 - 94, jul-dez/2008.

GAMEIRO P. A. D. H. As organizações em rede. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação (BOCC). Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/gameiro-paulo-as-organizacoes-em-rede.pdf>> Acesso em 09 mar. 2016

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br>>Acesso em: 27/08/. 2016.

INOJOSA, Rose Marie. Redes de compromisso social. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro: v. 33, n. 5, p. 115-141, 1999.

LOIOLA, E.; MOURA S. “Análise de Redes: uma contribuição aos estudos organizacionais”. In: FISCHER, T. (org.). Gestão contemporânea: cidades estratégicas e organizações locais. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000, p. 53-68.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA. Topografia Social da Cidade de João Pessoa. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 2010.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 8, 22, 24, 26, 32, 33, 36, 184, 206, 238, 239, 248, 250
Agropecuária 129, 224
América Latina 84, 90, 103, 134, 135, 136, 138, 139, 142, 143, 144, 145, 191
Arquitetura indígena 147, 196
Arquitetura ribeirinha 147
Assistência social 1, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 75

C

Capacidade absorviva 6, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 65
Cesta básica 6, 12, 13, 15, 16, 17, 21
CFD 8, 255, 256, 257, 259, 260, 263, 265
Competitividade 5, 55, 91, 95, 106, 133, 134, 212
Construção civil 6, 67, 68, 70, 72, 73, 76, 79, 80, 151, 155, 198, 255, 256

D

Desenvolvimento 6, 7, 1, 4, 7, 10, 11, 13, 25, 40, 41, 44, 45, 46, 51, 55, 56, 58, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 75, 76, 77, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 117, 119, 123, 124, 130, 134, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 145, 150, 151, 152, 157, 158, 159, 166, 167, 175, 178, 181, 182, 187, 188, 189, 197, 198, 200, 207, 209, 210, 212, 213, 214, 215, 217, 226, 229, 234, 253, 257, 268, 273, 287, 301
Desenvolvimento regional 158, 159
Desenvolvimento sustentável 6, 7, 67, 69, 70, 72, 76, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 157, 158, 181
Diagnóstico urbano 238, 244
DIEESE 12, 13, 15, 16, 21
Diversidade 126, 131, 132, 147, 148, 149, 150, 154, 157, 166, 169, 178, 276

E

Economia 5, 2, 6, 14, 21, 23, 24, 25, 38, 39, 40, 41, 42, 47, 53, 64, 72, 74, 75, 76, 80, 86, 88, 90, 103, 104, 107, 109, 118, 124, 125, 134, 138, 142, 156, 166, 167, 192, 200, 202, 204, 205, 206, 207, 235, 243
Empreendedorismo 49, 52, 88, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 118, 120, 122, 123, 124, 180
Estado 2, 3, 4, 5, 6, 40, 41, 42, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 60, 71, 75, 84, 87, 89, 96, 100, 103, 108, 109, 110, 112, 116, 121, 122, 123, 126, 127, 128, 129, 130, 132, 147, 148, 149,

152, 157, 159, 160, 161, 166, 167, 170, 172, 175, 178, 186, 188, 194, 198, 229, 230, 233, 234, 236, 238, 239, 240, 242, 266, 267, 274

F

Favela 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180

G

Gestão ambiental 80, 102, 104, 158, 159, 167

H

Habitação social 6, 8, 67, 72, 181, 192

História da arquitetura 194

I

Identidade visual 266, 282

Idosos 8, 6, 182, 201, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237

Impactos socioambientais 126

Indústria 4.0 134, 135, 145, 146

Industrialização 78, 189

Inovação 13, 56, 57, 59, 60, 103, 105, 107, 110, 111, 112, 113, 115, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 133, 134, 138, 139, 141, 198, 202, 214, 256

Inteligência competitiva 209, 210, 211, 212, 213, 214, 216, 217, 219, 224, 225

L

Lavanderias 6, 55, 57, 60, 61, 62, 65, 202

M

Matriz FOFA 7, 157, 158, 161, 164

Mobilidade urbana 6, 22, 37, 95, 166

Modelagem 255, 256, 260, 262

Morfologia urbana 168, 177, 178

P

Preços 6, 12, 13, 16, 17, 19, 21, 22, 23, 24, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 41, 44, 45, 47, 52, 60, 199, 206

Proteção social 6, 1, 5, 6, 7, 10

R

Reabilitação 8, 81, 181, 188, 192, 235, 243

Rede 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 75, 92, 103, 114, 115, 133, 171, 192, 228, 235

S

Saberes ambientais 7, 126, 128, 131, 132

Segregação 26, 179, 181, 189, 197

Startups 7, 105, 106, 107, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123

Sustentabilidade 66, 67, 69, 70, 72, 73, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 91, 93, 95, 99, 100, 102, 104, 128, 132, 149, 150, 151, 165, 200

T

Território 2, 10, 51, 67, 69, 80, 126, 128, 129, 131, 132, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 170, 174, 175, 177, 178, 183, 184, 195, 196, 197, 267

U

Uso do solo 95, 129

V

Valor 16, 27, 30, 31, 34, 36, 40, 42, 55, 56, 57, 58, 59, 72, 107, 108, 117, 134, 141, 151, 153, 155, 175, 183, 189, 190, 191, 197, 201, 219, 238, 239, 243, 273, 275, 276

Vulnerabilidade em saúde 226

 **Atena**
Editora

2 0 2 0